



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL**

Representação n.º 20/2020 – G3P

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e fiscalizar sua execução, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar n.º 1/1994 - LOTCDF; e do artigo 54, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, vem oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO

c

para que o Tribunal de Contas do Distrito Federal examine os fatos a seguir descritos:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Chegou ao conhecimento do Ministério Público de Contas denúncia sobre possíveis irregularidades e ilicitudes cometidas pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, referentes ao pagamento de remuneração compensatória, em desacordo com a legislação, para ex-diretores e ex-presidentes daquela Companhia sob a alegação de enquadramento do instituto da quarentena (**Denúncia n.º 24/2020-Ouvidoria**), sendo referida denúncia objeto do **Procedimento Interno n.º 156/2020**.

Por meio do **Ofício n.º 83/2020-G3P (e-DOC 7089E775-e)**, constante do **Processo Barramento 00600-00004773/2020-49-e**, esta Terceira Procuradoria solicitou esclarecimentos à Companhia que, em resposta, informou que o pagamento denunciado “(...) *trata da quarentena por conflito de interesse após a saída do empregado ou comissionado desligado da Companhia por dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, conforme previsto na Lei Federal n.º 12.813/2013 e no Estatuto da TERRACAP*” (**Peças n.º 03, n.º 04, n.º 05, n.º 08, n.º 09, n.º 10, n.º 11 e n.º 12 do Processo de Barramento 00600-00004773/2020-49-e**).

De fato, de acordo com o art. 2º da Lei n.º 12.813/2013, estão submetidos à quarentena em questão os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:

- I. de ministro de Estado;
- II. de natureza especial ou equivalentes;
- III. de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e
- IV. do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes

Todavia, cumpre ressaltar que o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT 10, nos autos dos **Processos TRT n.º 0000005-77.2017.5.10.0016¹; n.º 0000005-92.2017.5.10.0011² e n.º 0000020-79.2017.5.10.0005³**, que trataram da questão da indenização compensatória de quarentena ex-diretores e ex-presidentes no âmbito da TERRACAP, decidiu no sentido de que não se aplicam aos ex-gestores daquela Companhia as disposições contidas na Lei n.º 12.813/2013, uma vez que o Estatuto Social da empresa pública não prevê o pagamento da referida indenização.

Oportuno frisar que a previsão estatutária que autorizava o pagamento ora denunciado, passou a vigorar somente em 11.09.2015, com o acréscimo do art. 67-A ao Estatuto Social então vigente, sendo o dispositivo posteriormente revogado, em **23.11.2016**, não mais figurando a possibilidade da referida indenização no atual normativo que rege a Companhia, datado de **janeiro de 2019⁴**.

¹ <https://pje.trt10.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/00000057720175100016>

² <https://pje.trt10.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/00000059220175100011>

³ <https://pje.trt10.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/00000207920175100005>

⁴ <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/institucional/estatuto-social>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Nesse sentido, as respostas e informações prestadas pela TERRACAP, via **Despacho TERRACAP/PRESI/COINT** e seguintes (Peças n.º 03, n.º 04, n.º 05, n.º 08, n.º 09, n.º 10, n.º 11 e n.º 12 do **Processo de Barramento 00600-00004773/2020-49-e**), não se mostraram suficientes e satisfatórias para dirimir a questão suscitada pelo denunciante.

Diante de todo o exposto, entendo necessária a ação fiscalizatória da Corte de Contas quanto aos fatos ora denunciados, ante a possibilidade de, caso comprovados eventuais pagamentos a título de indenização compensatória de quarentena a ex-gestores da TERRACAP, comprometer a legalidade remuneratória em curso no âmbito daquela empresa pública distrital.

Assim sendo, em face das competências constitucionais conferidas ao Tribunal de Contas para fiscalizar os órgãos e entidades da Administração e zelar pela correta aplicação de recursos públicos e pela observância dos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, o Ministério Público de Contas propõe ao Plenário que:

I – tome conhecimento da presente representação;

II – autorize a Unidade Técnica competente a realizar os procedimentos de fiscalização necessários para apurar os fatos denunciados nesta representação, especialmente para examinar o pagamento de indenização compensatória de quarentena a ex-presidentes e ex-diretores da TERRACAP.

Brasília, 16 de novembro de 2020.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador